

Vetada a venda de lotes no Lago Sul

DF- Lago Sul

■ Justiça suspende licitação da Terracap para 14 terrenos numa área de brejo e proteção ambiental permanente

Fotos de Carlos Eduardo

TIAGO FARIA

A Justiça impediu ontem a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) de vender por licitação 14 lotes no conjunto 9 da QL 8 (Lago Sul), cada um com preço mínimo em torno de R\$ 400 mil. A decisão judicial foi conseguida pelas promotorias de Defesa do Meio Ambiente e de Defesa do Patrimônio Público, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A alegação principal dos promotores para pedir a suspensão da venda foi a de que o edital de licitação não informa aos futuros proprietários detalhes importantes sobre os lotes. Os compradores não saberiam que os lotes estão situados em área de preservação ambiental permanente, onde não é permitido desmatamento em um raio de 50 metros de largura. Além disso, o solo da área é hidromórfico (semelhante a um brejo), o que aumenta muito o custo de construções.

A licitação deveria ocorrer às 9h de ontem. Mas 15 minutos antes do horário marcado, os próprios promotores que pediram a liminar entregaram a ordem do juiz Wagner Junqueira Prado, emitida pouco antes da meia-noite de terça-feira, ao chefe da divisão jurídica da Terracap, Ronaldo Márcio do Valle. E assim foi suspensa a concorrência pública.

Entre as irregularidades apontadas pelos promotores está a não realização de audiência pública para a apresentação dos resultados do Relatório de Impacto sobre Vizinhança (Rivi), que detalha as condições do terreno. O secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Antônio Barbosa, afirma que a licença ambiental definitiva para venda dos lotes foi pedida pela Terracap, mas só será entregue pela Secretaria quando cumpridas condi-

ções como a apresentação de relatório sobre estabilidade do terreno. "A licitação não poderia ter sido feita porque a audiência pública para apresentação dos resultados das análises realizadas por nossos técnicos só deve ocorrer em 30 dias", diz o secretário. "O terreno é uma projeção urbana, mas com sérias implicações ambientais que devem ser estudadas", acrescenta.

A Terracap já vendeu seis lotes do conjunto, em licitações realizadas em novembro e dezembro. De acordo com a assessoria de imprensa da empresa, a área é apta para construções residenciais e a Terracap está recorrendo para realizar a licitação embargada pela Justiça.

A promotora Juliana Santilli, que pediu a ação, disse que o Ministério Público ainda não investigou a situação dos lotes que já foram vendidos. O trabalho de análise dos que seriam licitados ontem foi todo baseado em relatório de técnicos do Ministério Público e em visitas de peritos da Secretaria de Meio Ambiente, que identificaram na área a existência de lençol freático raso, originando várias nascentes. "O maior problema de todo o processo foi que a Terracap nunca divulgou publicamente os estudos ambientais, as informações não estavam no edital", explica a promotora. "Quem quiser construir uma casa no local terá de pagar muito caro para fazer a drenagem das edificações."

De acordo com o Decreto nº 12.055/89, que criou a Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá, o Conselho de Meio Ambiente teria de ser ouvido nos casos de desmatamento e terraplanagem dentro da unidade de conservação. Isso ainda não ocorreu. A licitação está suspensa até que seja realizada audiência pública para apresentação do Rivi.



Lotes ficam em área onde não é permitido desmatamento em raio de 50 metros. Solo hidromórfico encarece as construções